

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE

**NOVA JAGUARIBARA - DE UMA AÇÃO MITIGADORA A UMA CIDADE
PLANEJADA**

ANTONIO SÉRGIO MONTENEGRO CAVALCANTE

FORTALEZA - CEARÁ

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Antonio Sérgio Montenegro Cavalcante

**NOVA JAGUARIBARA - DE UMA AÇÃO MITIGADORA A UMA CIDADE
PLANEJADA**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas

Orientador: Prof. Francisco Horácio da Silva
Frota

Esta monografia, intitulada Nova Jaguaribara - de uma ação mitigadora a uma cidade planejada, foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, outorgado pela Universidade Estadual do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na biblioteca do Curso de Mestrado em Políticas Públicas da referida Universidade.

Antonio Sérgio Montenegro Cavalcante

Monografia aprovada em: 19/12/2006

Francisco Horácio da Silva Frota
Orientador

1º Examinador: _____
Maria Helena de Paula Frota

2º Examinador: _____
Liduína Farias Almeida da Costa

À Mônica, amor da minha vida,
companheira permanente, pelo apoio
incondicional, dedicação e solidariedade
em todos os momentos.

Aos queridos filhos André e Sara,
pessoas muito especiais, razão da nossa
vida.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar a Deus, que permitiu a realização de mais uma etapa de minha vida.

Aos meus pais Amarílio e Holandina pela formação e amor que sempre me dedicaram e pelo exemplo de vida.

Às queridas companheiras de trabalho, Marillac Cabral e Afonsina Braga, responsáveis pela implantação do projeto de construção da cidade de Nova Jaguaribara, exemplos de servidoras públicas, por quem tenho grande apreço e admiração, pelo apoio na obtenção de material para a elaboração deste trabalho e pela companhia maravilhosa quando de nossas idas àquela cidade.

À Irmã Bernadete, liderança local e responsável em grande parte pelo aprimoramento do projeto de implantação da nova cidade, pelo farto material que colocou à minha disposição.

Ao meu orientador, Professor Horácio Frota, pela paciência e compreensão em face da escassez de tempo para a conclusão deste trabalho.

Aos colegas das Secretarias da Infra-Estrutura e do Planejamento do Estado do Ceará que contribuíram para este trabalho.

E a todos aqueles que de alguma forma ajudaram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar o impacto provocado pela mudança involuntária da população da cidade de Jaguaribara, atingida pela construção do Açude Castanhão, para uma nova cidade, construída para abrigar essa população. Procurou-se analisar as condições dessa população na nova cidade, denominada de Nova Jaguaribara, tanto nos aspectos de infra-estrutura, acesso a serviços básicos e sensação de bem-estar. O levantamento das informações foi feito a partir de pesquisa de campo e de análise de séries de dados históricos de órgãos oficiais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	6
CONTEXTUALIZAÇÃO	13
JAGUARIBARA HOJE: A PESQUISA DE CAMPO E AS INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
BIBLIOGRAFIA.....	51
ANEXOS	58

INTRODUÇÃO

A redução da dependência do ciclo das chuvas sempre foi um sonho acalentado pelos cearenses, particularmente aqueles que vivem nas zonas mais afetadas pelas estiagens e trabalham com a agricultura e a pecuária.

Sempre se pensou em alternativas para acumulação de água nos períodos de chuvas para utilização nos meses de estiagem, como forma de convívio com o semi-árido.

O projeto de convívio com o fenômeno das secas no Estado do Ceará previu a construção de um grande reservatório que teria como função ser o “pulmão” do Sistema Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos, armazenando as águas que posteriormente serão distribuídas através de rios perenizados, adutoras e canais às demais regiões. Esse reservatório é o Açude Castanhão, o maior do Estado do Ceará, com capacidade de acumulação de seis bilhões de metros cúbicos, equivalentes a três vezes a capacidade do maior açude existente atualmente, que é o Orós.

Essa obra apresentou como maior impacto ambiental, a necessidade de remoção da população, principalmente a residente na sede do município de Jaguaribara e do distrito de Poço Comprido, inundados com a construção da barragem. Um projeto de tal magnitude representa muito mais que uma simples obra de engenharia, pois dado seu grande impacto ambiental, exigia que vários aspectos fossem observados, tais como questões fundiárias, desapropriações urbanas e rurais, remoção de famílias nos vários estágios da obra, desvios de estradas, definição da utilização das águas de forma sustentável e racional, dentre outros.

A construção do Açude foi feita pelo Governo Federal, através do DNOCS, e coube ao Estado do Ceará, como contrapartida da obra, a

construção de uma nova cidade destinada ao reassentamento de 1.030 famílias, totalizando 3.650 pessoas, bem como sua remoção e transferência.

O projeto da nova cidade, que passou a se chamar Nova Jaguaribara, nas suas fases de concepção, elaboração e execução, foi todo desenvolvido por técnicos do Governo do Estado do Ceará, inicialmente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU), que foi fundida posteriormente com a Secretaria de Transportes, Energia, Comunicações e Obras (SETECO), dando origem à Secretaria da Infra-Estrutura (SEINFRA).

O projeto teve início em 1995, a obra foi iniciada em 1997 e concluída em setembro de 2001, com a transferência das famílias.

A nova cidade foi concebida para proporcionar, em curto prazo, melhoria na qualidade de vida da população a ser atingida pelas obras do barramento das águas e a médio e longo prazos para abrigar um contingente de até 15.000 famílias, que terão como atividades principais o turismo, a agricultura irrigada, a pesca e as indústrias de beneficiamento dos produtos gerados pelas atividades primárias.

O projeto se propôs não apenas a responder ao problema com ações mitigadoras ao impacto da construção da barragem sobre a população, mas a construir uma cidade planejada no semi-árido do Estado do Ceará, que proporcionasse uma melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Esse trabalho procurou aferir se houve uma melhoria na qualidade de vida das pessoas, pela presença de acesso a serviços básicos e sustentabilidade econômica, além de verificar se a identidade histórico/cultural (respeito às raízes históricas), ainda permanece presente, este último de maneira menos abrangente, por levar em conta aspectos muito complexos de análise.

Para aferição das premissas citadas, foi avaliado o cumprimento do objetivo inicial do projeto, quanto ao atendimento dos três aspectos citados. Tal avaliação se deu através de questionários aplicados à população e comparação de dados estatísticos. Foi confrontada a expectativa inicial com a realidade atual, onde foi analisado o nível de satisfação da comunidade.

A pesquisa teve como foco principal traçar um paralelo entre a condição de vida da população antes e depois do projeto de construção da nova cidade.

O trabalho buscou referenciais teóricos, aprofundamento do estudo do projeto, conhecimento de outras experiências semelhantes de planejamento e estruturação urbana ocorridas no País em reassentamentos involuntários, análise de dados estatísticos disponíveis, além de observações empíricas, através de pesquisa de campo, para avaliação contextualizada do nível de satisfação da população.

A pesquisa de campo foi formulada de tal maneira que permitisse avaliar a presença e a intensidade na população estudada, dos aspectos apontados nos fundamentos teóricos, em especial no que se refere à sensação de bem estar presente nas pessoas traduzida como qualidade de vida.

À luz dessa fundamentação e constatação empírica, será possível avaliar o cumprimento do objetivo do projeto.

Embora a população objeto da pesquisa esteja situada em meio urbano, existe uma forte ligação com o meio rural, tanto na sua atividade econômica quanto nas raízes que são predominantemente agrícolas.

A mudança dessa população para outro local, com fortes

características urbanas, especialmente tendo sido provocada por fatores externos à sua vontade, requer um cuidado especial do poder público na sua requalificação para se adaptar à nova realidade.

A antiga cidade ocupava uma área de 40 ha, enquanto a Nova Jaguaribara tem cerca de 400 ha, possuindo mais áreas de vias, praças, iluminação pública, além de toda a infra-estrutura necessária como água, esgoto, energia, serviços de limpeza pública, saúde, educação e assistência social, e outros equipamentos públicos, que também representam custos adicionais para seus moradores e para o poder público municipal.

O crescimento das despesas públicas municipais com a ampliação da área de limpeza pública, manutenção de Aterro Sanitário, administração de Matadouro Público e Terminal Rodoviário, aumento da capacidade de atendimento do Hospital e Centro de Saúde, além de equipamentos públicos novos tais como ABC e Vila Olímpica, não foi acompanhado da geração de novas receitas, o que provocou o desequilíbrio momentâneo nas finanças municipais. Os custos municipais tiveram um aumento de 47,8% com os novos serviços e a ampliação de outros, o que exigirá um esforço por parte dos setores produtivo e público municipais para a geração de novas receitas.

Também são considerações contextuais indispensáveis para o desenvolvimento do trabalho: a compreensão da realidade local; o estudo das potencialidades de desenvolvimento econômico da nova cidade; a verificação do cumprimento da proposta do projeto, que era a construção de uma cidade planejada e modelo de qualidade de vida no Estado do Ceará.

Essa pesquisa foi de natureza quantitativa porque requisitou elementos mensuráveis na medida em que fez um paralelo entre as condições sócio-econômicas da população antes e depois da mudança para a nova cidade.

Também demandou aspectos qualitativos porque abordou

assuntos relacionados a características comportamentais, culturais, de nível de participação da comunidade e de padrões de expectativa de vida.

O tipo de pesquisa foi predominantemente empírica, com trabalho de campo, tendo como referência uma contextualização histórica e elementos de fundamentação teórica.

A área geográfica da pesquisa foi a cidade de Nova Jaguaribara e a amostra selecionada de acordo com modelo estatístico apropriado, que definiu a quantidade e os imóveis a serem visitados.

Foram aplicados 250 questionários, o que representou uma amostra de cerca de 24,3 % dos domicílios, sendo, portanto, bastante representativa.

A escolha do tema objeto da pesquisa se deu em face da raridade do fato, pois decorre de duas situações novas, o deslocamento simultâneo de toda uma população de uma área para outra e a construção da primeira cidade planejada do Estado do Ceará, onde toda a população tem acesso aos serviços sociais básicos.

Além disso, a escolha também se deve ao fato de minha experiência profissional anterior, como técnico na área habitacional, tendo participado de várias fases da política de habitação no Brasil, inicialmente no BNH e posteriormente na Caixa Econômica Federal. Esse assunto desperta o meu interesse por ter vivido de perto essa problemática, pois participei de vários projetos de reassentamento de populações de baixa renda no Estado do Ceará.

Entendo ser um tema dos mais interessantes e procurei dar ao trabalho um enfoque isento, para que possa servir como um documento de avaliação de política pública.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Segundo HALBWACHS (2004), “... *Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial* “. O autor discorre sobre os quadros que se formam à nossa volta, com os objetos e arranjos dispostos em espaços físicos, constituindo uma composição simbólica carregada de significados, que permanecem em nossas lembranças, mesmo após terem sido extintas na realidade. Halbwachs mostra como existe um envolvimento entre o espaço, os indivíduos e os grupos, relacionando-os às lembranças, afirmando que “(...) *Nosso entorno material leva ao mesmo tempo nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira segundo a qual eles estão dispostos, o arranjo dos cômodos onde vivemos, lembramos nossa família e os amigos que víamos geralmente nesse quadro (...)*”.

Para o autor, a casa é um espaço privilegiado na formação da memória individual e do grupo familiar. Nela encontram-se os “*quadros da memória*”, cuja composição se dá com o arranjo espacial, os móveis e a dinâmica entre os que lá convivem. Na medida em que existem os deslocamentos, novos arranjos vão sendo feitos nesses “*quadros da memória*”.

WILHEIM (2003) define a qualidade de vida como a sensação de bem-estar do indivíduo. Ela está na dependência de fatores objetivos e externos e subjetivos e internos. Segundo ele, “*o ambiente pode influir sobre ambas categorias de fatores, mas com eficiência e em momentos diversos. Por outro lado, há fatores que independem do ambiente circundante, pois se relacionam seja com estruturas psicológicas em seus aspectos mais profundos, seja com condicionamentos econômicos básicos*”.

A partir desse raciocínio ele separa os *fatores mínimos e determinantes*, a partir de onde se estabelece a *região de oportunidades* do

indivíduo. No conjunto de fatores mínimos se insere a alimentação de subsistência, saúde física e mental, segurança básica, que é a garantia de um emprego, não só pelo aspecto econômico, mas por conferir ao indivíduo um reconhecimento por parte da sociedade, e a instrução. Os fatores mínimos determinam as faixas de renda e o status que cada indivíduo vai percorrer durante sua vida. Esse percurso depende ainda de outros fatores internos e externos, mas sua carência ou deficiência prejudicará a obtenção de fatores de bem-estar. Caso os fatores mínimos sejam considerados como direitos dos indivíduos e responsabilidade da sociedade e do governo, a *região de oportunidades* das pessoas poderá ser bastante ampliada.

Definidas as *regiões de oportunidades*, outros fatores deverão ser considerados para se medir a qualidade de vida, tais como demandas, prazer (bem-estar), conforto, silêncio, privacidade, equipamentos internos (eletrodomésticos, móveis, veículos) e externos (serviços coletivos oferecidos), segurança física, liberdade de movimentos e de informações, por exemplo.

Segundo RUEDA (1997) “a qualidade de vida, como conceito, é de definição imprecisa, e a maioria dos pesquisadores que tem trabalhado com ele concordam que não há uma teoria única que defina o fenômeno”.

Ainda segundo o autor, avaliar a qualidade de vida de uma sociedade significa “*analisar as experiências subjetivas dos indivíduos que a integram e que têm sua existência na mencionada sociedade. Exige, em consequência, conhecer como vivem os sujeitos, suas condições objetivas de existência e que expectativas de transformação destas condições desejam, e avaliar o grau de satisfação que conseguem ter*”.

Portanto, para se avaliar a qualidade de vida de uma sociedade deve-se levar em conta os aspectos objetivos e subjetivos, pois nem sempre a existência de condições objetivas significa que está acompanhada de índices de satisfação e de bem estar individual.

A qualidade de vida, segundo ROGERSON (1998), deve ser vista por dois níveis; *“Primeiro no nível pessoal, pois cada pessoa avalia o seu próprio nível de satisfação com a sua vida, e segundo, uma avaliação dos componentes do ambiente da cidade que ajudam a criar a sensação de satisfação (ou descontentamento)”*. Portanto, a dificuldade de se determinar o conceito de qualidade de vida urbana está em se determinar as instâncias objetivas e subjetivas e estabelecer um padrão de referência para se analisar.

Nos aspectos relacionados mais especificamente às cidades, existem linhas de pensamento conceituais que vale a pena considerar neste trabalho.

No Brasil se considera como cidade as sedes municipais e como áreas urbanas as cidades, as sedes de distritos e áreas isoladas definidas por lei como urbanas.

A cidade poderia ser definida como uma concentração de pessoas em um determinado espaço geográfico. Como a cidade só surge após a divisão da sociedade em classes, seu espaço é, por princípio um espaço desigual, tanto no âmbito interurbano quanto no intra-urbano.

Segundo FERRARI (1979), seriam os seguintes critérios para se definir uma cidade: *“populacional, econômico, densidade demográfica mínima e presença de equipamentos urbanos”*.

Quanto ao surgimento, as cidades podem ser classificadas como espontâneas ou novas, sendo espontâneas aquelas que apresentam crescimento progressivo e não planejado, enquanto as novas são aquelas que surgem e evoluem a partir de planos previamente elaborados e implantados, pelo menos parcialmente, antes da chegada de seus moradores.

Para TOURINHO (1991), “(...) Os sítios onde se instalam essas cidades novas são, normalmente, previamente selecionados segundo critérios técnicos, e constituem-se terrenos de natureza primeira ou glebas rurais, em outras palavras, locais onde antes não havia nenhuma força de ocupação urbana”.

Para GALANTAY (1977), “as cidades novas são comunidades planejadas e criadas em respostas a objetivos claramente formulados. A criação da cidade como **ato de vontade** pressupõe a existência de uma autoridade ou organização, efetiva o suficiente para assegurar o lugar, reunir os recursos necessários e exercer controle contínuo até que a cidade alcance o tamanho viável”.

Para GOLANY (1985), a cidade nova tem “uma relativa independência econômica e **autoidentificação** física, não se baseia em um padrão de deslocamentos diários e dispõe de controle e suporte próprios em todas as suas dimensões”.

Para LOBATO CORRÊA (1989), “a luta entre os segmentos sociais pelas parcelas da cidade mais bem dotadas de equipamentos e serviços, bem como de atributos locacionais irreprodutíveis, se manifesta através de diversos processos e formas sócio-espaciais intra-urbanos, dos quais sobressaem:

- a) a centralização;
- b) a descentralização;
- c) a segregação sócio-espacial;
- d) a invasão;
- e) a sucessão;
- f) a coesão
- g) a repulsão;
- h) a inércia;

i) a expansão/agregação.

Segundo o autor, esses processos citados ocorrem em praticamente todas as cidades capitalistas do tipo espontânea e afetam a qualidade de vida urbana, seja nos seus aspectos objetivos ou subjetivos. Nos casos das cidades novas, pelo modo como são definidas, esses processos não existem ou são minimizados, o que determina uma melhor qualidade de vida para seus moradores.

Quando se trata de cidade nova motivada por reassentamento involuntário, a qualidade de vida das pessoas é influenciada pela forma como elas participam do processo.

O fato da participação popular não ocorrer durante as fases de planejamento e também na execução da obra faz com que a rejeição por parte dela seja maior, acarretando, por conseguinte, um uso político maior. O descuido por parte dos responsáveis pelo projeto quanto a essa consulta, que poderia ter sido feita nas suas fases iniciais, muitas vezes provoca o atraso do cronograma, causado por movimentos sociais organizados.

Tal constatação se acha contida no trabalho intitulado “REASSENTAMENTOS INVOLUNTÁRIOS: a experiência do IICA em Itaparica, no Nordeste do Brasil”, onde são estimados os números sobre pessoas afetadas pela construção de grandes barragens.

Para se ter uma dimensão do número de pessoas afetadas com a construção de barragens, o referido estudo mostra que:

“Não existem estatísticas sistematizadas sobre as populações deslocadas pelos reservatórios das grandes barragens. Os efeitos são naturalmente mais dramáticos nas áreas mais densamente povoadas. O Banco Mundial estima, por exemplo, que somente na China, entre 1950 a 1998, foram deslocados 10,2 milhões de pessoas. O Instituto Social Indiano

de Nova Delhi calcula que as barragens construídas no país após a independência da Inglaterra causaram o deslocamento de mais de 14 milhões de pessoas” MATOS (1994).

Segundo McCULLY (1996), excluídas a China e a Índia, o total de pessoas deslocadas no mundo inteiro pela construção de 134 barragens sobre as quais existe informação, é da ordem de 2,2 milhões. Dessa forma, o total de pessoas deslocadas, em nível mundial, eleva-se a 26,4 milhões, no período mencionado.

Por outro lado, a tendência natural é para o aumento do número de pessoas afetadas por cada obra. As terras aluvionais, por exemplo, de maior aptidão para a agricultura, tornam-se comumente ponto de concentração de populações. Elas estão localizadas exatamente ao longo das margens dos rios e são justamente as que resultam cobertas pelos grandes reservatórios.”

A partir da década de 70 o processo de organização da população atingida pelas grandes barragens, foi tomando dimensões internacionais com a criação de entidades e organismos em vários países. Esses projetos, bem como outros de caráter estruturantes, passaram a ser tratados como “reassentamentos involuntários”.

Em alguns países, a oposição da população aos projetos teve caráter de revolta popular, com a comunidade organizada provocando paralisações nas obras e muitas vezes acarretando atos de violência. Tais movimentos chamaram a atenção dos países e organismos financeiros internacionais, que passaram a dar especial atenção às questões sociais e ambientais e incluindo a participação popular como elemento indispensável para aprovação dos projetos por eles financiados.

A construção de grandes barragens, por sua própria natureza é agressiva, razão pela qual a participação da comunidade é essencial, como forma de amenizar essa agressão. Caso não sejam tomadas medidas que

reduzam esse impacto, pode haver o desmantelamento do capital social existente, seus valores e sua cultura, causando acirramento político nos movimentos sociais e provocando confrontos indesejáveis.

A economia local é afetada pelo impacto das grandes obras. As incertezas das pessoas quanto ao seu futuro, devem ser minimizadas; por essa razão, o cuidado em bem informar e capacitar a população para se apropriar dos benefícios futuros por conta da obra são fatores de sucesso em um empreendimento desse tipo. Os mecanismos de esclarecimento devem ser permanentes e, para se tornar eficientes, levar em consideração a heterogeneidade da população.

O projeto global deve ser um fator de desenvolvimento sustentável e não apenas de crescimento econômico. Cada vez é mais freqüente, nas grandes obras de impacto regional, a consideração dos aspectos ambientais e da sustentabilidade, diminuindo o acirramento de enfrentamentos das comunidades com os órgãos responsáveis pelos projetos de desenvolvimento. A participação da população ajuda a romper com os padrões históricos de comportamento nesse sentido e evita traumatismos comuns quando ocorrem intervenções externas.

Ainda segundo MATOS (1994), o Banco Mundial, em relatório que trata sobre reassentamentos involuntários, datado de 1994, “mostra que metade das 192 barragens financiadas por ele não apresentou inicialmente planos de reassentamento e que 70% dos planos apresentados, apenas consideravam uma compensação financeira para as comunidades por conta de prejuízos causados. Somente 15% cumpriam com as condições da política daquele Banco sobre o tratamento de reassentamentos involuntários”.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Histórico

O município de Jaguaribara, situado no Vale do Jaguaribe, às margens do Rio Jaguaribe, distando 283 quilômetros de Fortaleza, com uma área de 731 km², tinha um único distrito – Poço Comprido, que também se situava às margens do mesmo rio. A sede do município se situava na margem direita do Rio Jaguaribe, na parte sul do município, com uma altitude de 98 m, sendo acessada através das rodovias BR-116 e CE-262, além de uma estrada municipal ligando-a ao município de Jaguaretama. Limitava-se com os seguintes municípios: ao Norte com o Alto Santo, ao Sul com Jaguaribe, a Leste com Iracema e a Oeste com Jaguaretama.

A origem do município vem do final do século XVII, a partir de uma fazenda de criação de gado. Parte da área da fazenda foi desdobrada, formando inicialmente o povoado de Santa Rosa, cuja área foi doada pelos herdeiros para o patrimônio da igreja, em 1786. Posteriormente foi elevada à categoria de Vila. Santa Rosa foi inicialmente distrito de Frade, posteriormente denominado Jaguaretama.

Em 30 de dezembro de 1943 ainda como distrito, Santa Rosa foi denominada Jaguaribara, em homenagem a uma tribo que habitava a região.

Em 9 de março de 1957 o distrito de Jaguaribara se emancipou de Jaguaretama e se tornou município.

Um fato marcante ocorreu em 31 de outubro de 1824, quando ocorreu luta entre as tropas imperiais e as da Confederação do Equador, que lutava por um Nordeste independente e republicano. Nessa luta foi capturado e assassinado o chefe da Confederação do Equador no Estado do

Ceará, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, que passou a denominar a praça principal da sede do município de Jaguaribara.

De acordo com os dados do censo de 1950, Jaguaribara tinha 4.118 habitantes, sendo 262 residentes na área urbana e 3.856 na área rural.

A ocupação do município se deu em função do Rio Jaguaribe, pela proximidade do abastecimento d'água e pelas terras férteis que facilitavam o plantio e a pecuária.

Na sede municipal a ocupação ocorreu principalmente em torno da igreja de Santa Rosa, do Mercado Público e da Praça Tristão Gonçalves. As edificações foram sendo construídas em torno desses equipamentos, principalmente casas de famílias de fazendeiros, que vinham em busca de escola para seus filhos. As ruas e avenidas foram sendo abertas a partir desse local, sendo a área mais valorizada da cidade.

Dados sobre o Município

De acordo com os dados oficiais, a população do município cresceu a uma taxa de 64,1% nas décadas de 1950 a 1960, 28,9% nas décadas de 1960 a 1970, tendo caído para 6,7% na década de 1970 a 1980, e entre 1980 e o censo de 1991 caiu para 5,0%.

O Censo Demográfico do IBGE de 1991 mostrou o município de Jaguaribara com uma população de 7.718 habitantes, dos quais 2.878 estavam na zona urbana (37,3%) e 4.840 na zona rural (62,7%), com uma densidade demográfica de 10,56 hab/km². Essa população possuía uma distribuição igualitária entre sexos, sendo 3.841 (49,8%) homens e 3.877 mulheres (50,2%), a maioria constituída de jovens, com cerca de 64,1% na faixa de idade de até 30 anos.

A PEA tinha sua ocupação principal no setor primário com 74,7%, seguido do terciário com 20,0% e do secundário com 5,3%. A principal atividade, a agropecuária, estava baseada na pecuária extensiva e nas culturas de subsistência, em grande parte através do sistema de parceria, tendo como principal produto a cultura do feijão, plantada nas vazantes e ilhas do Rio Jaguaribe.

A segunda atividade econômica do município era o comércio, em sua totalidade o comércio varejista, com 115 estabelecimentos, sendo que 67 deles comercializavam produtos alimentícios.

A atividade industrial no município no ano de 1997 era mínima, existindo 17 estabelecimentos industriais, sendo 01 fábrica de vestuários e 16 de produtos alimentícios.

Segundo o Anuário Estatístico do IPLANCE 1998/1999, os dados de recolhimento de ICMS no município, no ano de 1997, indicam que 142 estabelecimentos estavam cadastrados, entre órgãos públicos e outros, sendo que 117 (82,0%) eram microempresas.

Outro indicador que demonstra o perfil de renda e característica do município é o consumo de energia. Esse indicador mostra que se trata de um município com características rurais. Enquanto o consumo de energia industrial e comercial do Estado representava 46,6% do consumo total, o do município ficava em 9,3%; ao mesmo tempo, o consumo rural, que no Estado ficava em 6,1%, no município equivalia a 34,5% do consumo total. Também quanto ao número de consumidores e consumo per capita, os dados demonstram sua característica rural, pois enquanto a média de consumidores rurais no Estado ficava em torno de 5,0% do total, em Jaguaribara esse número representava 10,9% dos consumidores e o consumo *per capita* (mwh / número de consumidores) rural, que no Estado representava 4,13, em Jaguaribara era de 6,04, ou seja, 46,4% a mais que a média estadual.

Ainda tomando o consumo de energia elétrica como *proxis* de renda, verificamos que o consumo *per capita* no município de Jaguaribara era de 1,91 contra a média do Estado de 3,41, ou seja, 56% da média estadual, o que demonstra o baixo poder aquisitivo da população.

O PIB do município, em 1997, foi de R\$ 11,72 milhões, apresentando um PIB per capital de R\$ 1.471,00.

A receita do Estado arrecadada no município, no ano de 1997, foi de R\$ 46.539,00, sendo que a de ICMS representou R\$ 21.539,00. A receita tributária do município foi de R\$ 44.863,00.

Sendo um município muito pobre, sua receita pública decorria, principalmente, do repasse das cotas do Fundo de Participação, que representava 84% do total, e apresentava déficits em relação às despesas empenhadas. Estava entre os municípios com renda abaixo da média estadual, sendo o 137º no que se refere à renda interna e o 105º quanto a renda per capita.

A receita orçamentária do município foi de R\$ 3.094.760,00, sendo R\$ 2.864.491,00 de receitas correntes e R\$ 230.269,00 de capital, enquanto as despesas correntes foram de R\$ 3.044.121,00, sendo o gasto mais significativo o de pessoal, que representou R\$ 1.335.972,00.

O mesmo acontecia com a renda de seus habitantes, com 65,9% dos chefes de família percebendo até um salário mínimo de renda. Ampliando o limite para até dois salários mínimos, temos 84,9% da população nessa faixa, restando somente 15,1% com renda acima de dois salários mínimos.

O município possuía 1 escola estadual, 47 municipais, sendo 9 isoladas na zona rural, e 1 particular (CNEC), com 2.692 alunos

matriculados em 1995. As escolas municipais ofereciam vagas até a 7^a série. Apenas na sede do município eram ofertadas vagas para séries posteriores. Para facilitar o acesso dos alunos da zona rural, a prefeitura disponibilizava transporte escolar gratuito em horários determinados. Segundo dados do IPLANCE, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos a mais atingia 47,3%.

Na área de saúde o município tinha um hospital com 16 leitos, um centro de saúde da Fundação SESP e um posto de saúde situado na sede do município, além de quatro postos de saúde em localidades rurais. O atendimento hospitalar se restringia a atendimento ambulatorial, partos e pequenas cirurgias, sendo os casos mais graves transferidos para outros municípios, principalmente Limoeiro do Norte, Jaguaribe e Fortaleza. Segundo dados do IPLANCE, o município de Jaguaribara estava situado em 72^o lugar com relação à taxa de mortalidade infantil.

Quanto a saneamento básico, os dados do Censo de 1991 mostram que, dos 1.642 domicílios registrados, apenas 35% estavam ligados à rede de abastecimento d'água da CAGECE, sendo que a grande maioria recolhia água para seu consumo de rios, lagos e riachos (57%), e o restante de poços (8%). Apenas 476 domicílios (29%) da cidade possuíam canalização interna. No que se refere a esgotamento sanitário, constatou-se que cerca de 1.004 domicílios (62%) não possuíam instalações sanitárias. Como o município não possuía rede de esgoto, a população utilizava o sistema de fossa rudimentar. A coleta de lixo atendia apenas 379 domicílios (23%), todos da zona urbana na sede municipal.

Em relação ao fornecimento de energia elétrica, existiam 988 domicílios (60,2%) cadastrados junto a COELCE. O município possuía cerca de 200 terminais da TELECEARÁ instalados, divididos entre a sede e o distrito de Poço Comprido. Na sede municipal também existia um terminal telefônico público ligado ao sistema DDD. Ainda na área de comunicações,

existia na sede municipal um posto da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT).

No levantamento efetuado pelo Governo do Estado detectou-se que existiam 61 imóveis habitados por mais de uma família. Isso se deu em função da insegurança das pessoas em investir, por conta do possível alagamento da área e por medo de não receber a indenização devida quando ocorresse o alagamento, o que explica o tímido crescimento nas últimas décadas. As pessoas foram constituindo famílias, porém continuavam morando em casa de parentes.

Com algumas exceções, os imóveis tinham características semelhantes, com fachadas sem recuo, com as portas abrindo diretamente nas calçadas, construídas de forma conjugadas, sendo as calçadas as áreas de convivência à noite, onde eram colocadas cadeiras e as famílias se reuniam. No levantamento feito, 661 famílias eram proprietárias (78%) de seus imóveis.

Os imóveis comerciais eram basicamente pequenas mercearias, bares, oficinas, padarias e farmácias, alguns pequenos atacadistas e armazéns.

Quanto aos imóveis de uso institucional, a Igreja Santa Rosa de Lima era o principal marco histórico da cidade, seguido da Praça Tristão Gonçalves, onde se realizavam as principais festas populares do município, e do Mercado Público. Constituíam-se nos principais imóveis institucionais da cidade. Em torno do Mercado Público, às segundas-feiras era realizada a feira livre, sendo o dia mais movimentado da cidade.

A Igreja Santa Rosa de Lima era o principal marco histórico e arquitetônico da cidade, sendo motivo de orgulho para a população, que não abriu mão de vê-la replicada no novo município.

Na Praça Tristão Gonçalves eram realizadas as festas principais da cidade como as quermesses para os padroeiros do município (São Gonçalo e Santa Rosa de Lima), sendo bem cuidada e arborizada.

O Mercado Público, a exemplo de vários outros situados no interior do Estado, tinha uma área interna central descoberta, destinada principalmente a comércio de carnes, rodeada por bares e lojas que vendiam cereais.

Além dessas três edificações principais, podemos destacar outras, tais como a Prefeitura Municipal e a Câmara dos Vereadores, o Hospital Santa Rosa de Lima, o Ginásio de Esportes Osmundo Rebouças, o Cemitério Municipal, as escolas municipais e a Escola do CNEC. Existia ainda um prédio onde funcionou uma agência do Banco do Brasil, porém ultimamente estava atendendo basicamente o pagamento de aposentadorias, em uma pequena área. As demais edificações institucionais, em sua maioria, funcionavam em imóveis residenciais adaptados.

Outra área pública bastante utilizada pela população era o Rio Jaguaribe, tanto durante a semana, onde as mulheres e crianças utilizavam suas águas para lavagem de roupas e banho, como nos finais de semana, onde nos bares localizados às suas margens constituíam ponto de encontro da população, além de realizarem festas como carnaval e forrós.

No distrito de Poço Comprido merecia destaque a Capela de São Vicente Ferrer, que também teve sua réplica construída na nova cidade.

O Projeto

No início do século passado, mais precisamente no ano de 1911, foi realizado o primeiro levantamento sobre o barramento do rio Jaguaribe,

feito pelo engenheiro e geólogo Roderick Krandall, que percorreu o Nordeste em busca de alternativas para açudagem, visando o combate às secas.

Durante o governo do presidente Juscelino Kubitcheck novamente foi cogitado o barramento do Rio Jaguaribe, já denominado Açude Castanhão, porém foi escolhido como alternativa o Açude Orós.

Porém, foi a partir do ano de 1985 com a criação do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), que realmente a construção do Açude Castanhão passou a se concretizar, pois a exploração das terras da Chapada do Jaguaribe – Apodi passou a ser prioritária, sendo o açude peça fundamental para o projeto. Com a publicação em 1986 do “Estudo para Irrigação do Nordeste Semi-Árido Complementado com Águas do São Francisco”, o projeto passou a ser uma realidade, pois previa a irrigação de 43 mil ha de terras férteis, além da viabilização do abastecimento d’água para a Região Metropolitana de Fortaleza. Com a transposição do Rio São Francisco o Açude Castanhão funcionaria como um reservatório pulmão do sistema.

De acordo com o convênio assinado entre o Governo Federal e o Estado do Ceará, a União ficaria responsável pela construção da barragem e o reassentamento da população rural, enquanto ao Estado caberia a relocação da população urbana da sede municipal e do distrito de Poço Comprido como contrapartida da obra.

A área escolhida para o reassentamento urbano, entre outras cinco, tinha como pontos positivos as condições geológicas, a disponibilidade de recursos hídricos e o potencial de desenvolvimento econômico. Como pontos negativos, o fato de ter parte incluída entre os municípios de Alto Santo e Morada Nova e a dificuldade de acesso.

O primeiro ponto desfavorável, um aspecto legal, foi resolvido através da Emenda Constitucional No. 25/95, de 22 de dezembro de 1995,

que alterou os limites do município, que passaram a ser os seguintes: ao Norte com Morada Nova, ao Sul com Jaguaribe, a Leste com Alto Santo e Iracema e a Oeste com Jaguaretama (Anexo I). Quanto ao acesso, foi construída uma ponte sobre o Rio Jaguaribe, ligando a nova área à BR-116.

O clima da área é quente e seco, com precipitação pluviométrica anual média de 872 mm, temperatura média de 27°C e umidade relativa do ar em torno de 67,5%.

Outro fator que contribuiu para a escolha da área foi sua proximidade do Rio Jaguaribe, pois a interação da população com o rio era muito grande, tanto os habitantes da sede quanto os do distrito de Poço Comprido, que estavam habituados a tê-lo como espaço de lazer e de atividade econômica, mesmo em períodos de seca, pois naquele trecho o Rio Jaguaribe estava perenizado pelas águas do Açude Orós. Por sua localização, em épocas de cheias, a população, principalmente aquela que estava mais próxima do rio, sofria com as inundações, perdia sua produção e ficava desabrigada.

A área escolhida para a construção da sede urbana está localizada a cerca de 1 km do lago formado pelo barramento, com 148 metros de altitude, englobando uma área de 3.128,95 ha, sem riscos de inundação, por conta de sua localização. O acesso da população é facilitado pelo fato de estar localizada próximo ao local do barramento e dos projetos de irrigação (Anexo II).

Para a construção da primeira etapa foram utilizados 261,9 ha da área, estando incluída a reconstrução de unidades residenciais, comerciais e de uso misto da antiga sede e do distrito de Poço Comprido, cujos proprietários demonstraram interesse em se transferir para a nova cidade, além da construção de residências para as famílias que não possuíam casa própria. Ao todo foram construídas 1.030 residências e 100 edificações comerciais, além de equipamentos, igrejas e prédios institucionais.

O projeto urbanístico foi concebido partindo do cruzamento da principal via de acesso à BR-116 com a via de acesso ao lago formado pelo barramento. Duas outras vias, chamadas de penetração, delimitam o espaço central, considerado o núcleo inicial da ocupação, onde está o marco histórico da nova cidade, o Parque Tristão Gonçalves. A partir desse núcleo a cidade vai se desenvolvendo em duas direções, a nordeste e a noroeste.

O sistema viário é composto das vias estruturantes, que são as vias arteriais, com 30 m de caixa, sendo duas pistas duplas de 7m de largura, com canteiro central de 3m, as vias secundárias, que são as vias coletoras, com caixa de 24m e pista dupla de 8m de largura e as vias locais, com caixa de 14m, com pistas de 9m de largura, que fazem a ligação inter-quadras e formam as unidades de vizinhança (Anexo III).

Na área central estão localizados o centro administrativo da prefeitura municipal, a câmara de vereadores, a central de serviços públicos, o mercado público e as associações comunitárias, além da Igreja de Santa Rosa, a principal da cidade, uma réplica da existente na cidade antiga, tendo sido ampliada.

Ao redor dessa área central, espalham-se as residências, intercaladas por praças, escolas, creches, unidades de saúde, além de edificações de uso comercial e misto, que são pequenas mercearias, oficinas e outros serviços. O comércio atacadista está localizado no lado norte, próximo às rodovias de acesso à cidade. O comércio varejista manteve-se ao redor do núcleo principal e das duas avenidas de penetração.

A cidade conta com energia elétrica, abastecimento d'água e esgotamento sanitário em todas as edificações, residenciais e comerciais, além de coleta de lixo e destino final de resíduos. Conta ainda com sistema de telefonia fixa e móvel.

As áreas de preservação ambiental protegem a encosta da chapada voltada para o lago, os demais recursos hídricos e formam um cinturão verde circundando o perímetro urbano.

Considerando que existe uma tendência turística da cidade, a área contígua ao núcleo central, no lado voltado para o lago, foi destinada a instalação de equipamentos ao seu desenvolvimento.

No lado leste foram destinadas áreas para o distrito agro-industrial, a estação de tratamento de esgoto e o aterro sanitário.

A organização da sociedade

A comunidade de Jaguaribara é bastante organizada. Em 1989 foi criada a Associação de Moradores de Jaguaribara, com a finalidade de mobilizar a população e ser o instrumento de defesa de seus interesses junto aos órgãos públicos quando da construção do Açude Castanhão. O município contava ainda com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Fundação Paulo Roberto Pinheiro, atuando na área de filantropia à população carente.

Apoiando e participando da Associação existem lideranças esclarecidas muito identificadas com a população e que têm sua confiança e falam em nome dela. Essas lideranças participaram ativamente do projeto, alterando e muitas vezes vetando algumas ações que segundo elas, não estava de acordo com a vontade da comunidade.

Em 1995 foi criado o Grupo de Trabalho Multi-Participativo da Represa do Castanhão como foro de participação da comunidade no planejamento da construção da barragem, visando a minimização dos conflitos por conta da obra, o justo pagamento dos valores de indenização, a transparência das ações do governo do Estado em relação à população,

além de ser o local de discussão entre os diversos órgãos públicos e a comunidade.

O Grupo era composto por dezenove membros, sendo três representantes de cada um dos quatro municípios atingidos, onde cada prefeito era membro nato, quatro representantes do governo do Estado, um representante da Assembléia Legislativa e dois representantes do DNOCS, entidade responsável pela construção da barragem.

O Grupo de Trabalho se reunia uma vez por mês para deliberar sobre as ações a serem empreendidas, sendo suas decisões tomadas por votação e acatadas por todos. Como os representantes dos municípios eram maioria, o possível predomínio dos executores do projeto (Estado e União) foi compensado pelo mecanismo encontrado para a tomada de decisões.

Critérios para relocação

À medida que o projeto foi sendo apresentado e discutido com a população, foi sendo estabelecida uma relação de confiança quanto à execução da nova cidade. Levantamento procedido pelo Governo do Estado mostrou que 88,4% das famílias responderam que desejavam ir para a nova cidade, enquanto 8,6% estavam indecisos e 3,0% estavam contrários à mudança.

Com a participação da Associação dos Moradores de Jaguaribara, e tomando por base fotografia aérea e filmagens de vídeo, elaborou-se um levantamento da cidade antiga e do distrito de Poço Comprido, quadra por quadra, casa por casa, de forma a cadastrar todas as famílias e imóveis, com a finalidade de preparar um projeto que atendesse à comunidade. Nos imóveis de uso residencial levantou-se, ainda, dados sobre o tamanho da família, a renda familiar e o interesse de cada uma em ser reassentada na nova cidade.

As informações foram tabuladas, mostrando a existência de 1002 edificações, sendo 766 de uso residencial, 46 de uso misto, 128 de uso comercial ou prestação de serviços, 02 indústrias e 60 de uso institucional.

A segunda etapa do trabalho de cadastramento consistiu em analisar o tamanho dos lotes e das edificações de uso residencial, comercial e misto, para poder fazer a concepção urbanística da nova cidade. As áreas dos imóveis de uso institucional não foram levadas em consideração, porque seriam disponibilizados na nova cidade em função das necessidades e não em função da situação existente.

O levantamento feito demonstrou ainda que 80% dos lotes estavam na faixa de até 200 m², sendo que os lotes entre 100m² e 200m² representavam o percentual em torno de 55%. A maioria das casas, apesar de não apresentarem recuos na frente, não ocupavam todo o lote, reservando áreas no quintal para plantio ou criação de pequenos animais.

Quanto aos imóveis residenciais, 77% tinham área de até 100m², sendo que os imóveis com área entre 50m² e 75m² representavam 31%. Ampliando-se a faixa para o intervalo entre 50m² e 100m² o percentual passava para 57%.

Procurou-se manter as relações de vizinhança e as áreas das habitações existentes, dentro de critérios pré-estabelecidos e discutidos com a população. Também se tentou manter as proximidades das residências com os equipamentos públicos e o comércio existentes na cidade antiga. As pessoas que optaram por não ir para a nova cidade tiveram seus bens indenizados.

Vale salientar que a população do distrito de Poço Comprido que optou por morar em Nova Jaguaribara foi deslocada duas vezes, pois antes do deslocamento definitivo, foi transferida para a antiga cidade, porque a área onde estava localizado seria alagada inicialmente e não poderia ser

transferida imediatamente para a nova cidade, uma vez que ainda não estava em condições de funcionar.

Vários projetos arquitetônicos foram apresentados, por faixas de áreas construídas, para escolha da comunidade.

Para a relocação da população foram utilizados alguns critérios, pois existiam as mais diversas situações tais como famílias residentes em imóveis próprios, cedidos, alugados, proprietários de mais de um imóvel residencial e/ou misto, proprietários de lotes urbanos e imóveis institucionais.

Para os imóveis de uso residencial e/ou misto, as famílias residentes em imóveis próprios com área edificada de até 50 m² receberiam imóveis de 50m²; com área entre 50,0m² e 75,0m², imóveis de 75,0m²; com área entre 75,0m² e 100,0m², imóvel de 100,0m²; com área entre 100,0m² e 125,0m², imóvel de 125,0m² e acima de 125,0m², imóvel de 150,0m². Para os proprietários de imóveis acima de 150,0m², foi indenizado o valor referente ao excedente.

Nos casos de proprietários que não aceitaram os padrões apresentados, foi dada a opção de receber na nova cidade um lote no tamanho equivalente ao que ele possuía e indenização pela área total do seu imóvel. Nos casos de proprietários de mais de um imóvel, o imóvel que não era sua residência foi indenizado, tanto a edificação quanto o lote, de forma que ninguém recebesse mais de um imóvel residencial na nova cidade. Os proprietários de lotes situados na área urbana foram indenizados pelas benfeitorias. As famílias que não possuíam imóveis na antiga cidade receberam suas casas na nova cidade em troca de trabalhos comunitários.

No total, foram construídas 1.030 unidades residenciais, sendo 815 com área entre 50 a 150 m², em lotes variando de 360m², 540m² e 720m² para os proprietários, e 215 unidades com área de 36m², em lotes de 180m², para as famílias não proprietárias.

Quanto aos imóveis de uso comercial, foram construídas 93 unidades, com área variando entre 36 e 360 m², para os comerciantes que eram proprietários na antiga cidade.

As edificações institucionais foram construídas em função da necessidade da nova cidade e não com base no que existia na antiga. Os imóveis institucionais estão relacionados no Anexo IV.

Além das edificações residenciais e/ou mistas, comerciais e institucionais, a nova cidade conta com 100% de sua área urbana pavimentada em paralelepípedo, com cobertura total de serviço de abastecimento d'água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, coleta e destino final de lixo e eletrificação, além de telefonia fixa e móvel.

A mudança

A mudança para a nova cidade teve início pelos imóveis institucionais, com a transferência da Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Centro de Saúde e Igreja Santa Rosa de Lima, seguido pelo Mercado Público, sendo os últimos equipamentos o Hospital Municipal Santa Rosa de Lima e a Delegacia.

A transferência das famílias foi feita de acordo com o local de destino, tendo início a ocupação a partir da entrada principal em relação à BR-116. Cada família recebeu o calendário de mudança, que foi feita por empresas especializadas, além de caixas e etiquetas para identificação de seus móveis, objetos e animais.

O processo de mudança durou cerca de 30 dias, envolvendo 11 caminhões tipo baú e 03 ônibus para 46 pessoas, além de outros veículos menores de apoio às equipes e para segurança da população, no trajeto de cerca de 50km entre as duas cidades. Durante o período de mudança todas

as pessoas que não pertenciam à comunidade tiveram que ser identificadas tanto na nova quanto na antiga cidade.

Após a mudança das últimas famílias, foi feito o desligamento das redes de energia elétrica, abastecimento d'água e telefonia, pelas concessionárias, bem como o desmonte do cemitério, com o traslado dos corpos para a nova cidade. Foi dado ainda um prazo de 15 dias às famílias para que pudessem retirar o material que desejassem dos imóveis, antes da demolição. Decorrido o prazo, a área foi evacuada e procedida a demolição da cidade, por empresa contratada pelo Governo do Estado.

No próprio estudo, todas essas informações serão levadas em consideração e servirão de referência para a análise que será desenvolvida à luz dos focos anteriormente identificados, considerando a problemática a ser analisada e os objetivos da pesquisa.

JAGUARIBARA HOJE: A PESQUISA DE CAMPO E AS INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Para aferir as alterações ocorridas nas condições de vida dos moradores na nova cidade em relação à antiga, nos aspectos relacionados ao acesso a serviços básicos e sustentabilidade econômica, além da identidade histórico/cultural (este último de maneira menos abrangente), foram utilizados dois instrumentos: pesquisa de campo e informações estatísticas oficiais.

A pesquisa de campo permite captar diretamente das pessoas suas percepções, de modo empírico e em um determinado momento, enquanto as informações estatísticas, por serem instrumentos com medições periódicas, permitem uma análise de séries históricas dentro de padrões científicos e metodologicamente consistentes. Esses dois instrumentos se complementam para avaliar em que medida os aspectos acima citados ocorreram.

A PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi feita através da aplicação de um questionário que foi estruturado de forma a obter conhecimento sobre o perfil dos entrevistados e a percepção das pessoas em relação aos aspectos: urbanísticos e de convivência na nova cidade, disponibilidade de serviços públicos, atuação da administração municipal, ocupação e renda e condição de vida em geral.

A amostra, composta de 250 entrevistados, foi dimensionada através de cálculo estatístico e selecionada de maneira aleatória, sendo os questionários aplicados através de cinco entrevistadores selecionados entre alunos do curso de geografia da Universidade Estadual do Ceará-UECE.

A estrutura do questionário foi concebida de maneira a permitir também uma aferição comparativa da situação da nova cidade em relação à antiga, nos aspectos já mencionados, incorporando nas perguntas as opções: muito maior/melhor, maior/melhor, igual ou menor/pior (Anexo V).

Perfil dos Entrevistados

A amostra teve uma participação expressiva do sexo feminino (73,7%), o que pode ser explicado pelo fato de boa parte das entrevistas ter ocorrido no horário comercial e nas residências, tendo sido respondidas por donas de casa.

A idade dos entrevistados ficou distribuída de forma eqüitativa, dentre as faixas escolhidas pelo questionário, sendo 57% até a idade de 50 anos, mesmo percentual encontrado de casados.

Quanto à escolaridade, o maior percentual encontrado foi de pessoas com primeiro grau (39,5%), seguido de segundo grau (23,1%), analfabetos (15,9%) e alfabetizados (13,5%). O percentual da população com nível superior completo ou cursando é de apenas 8,0%, o que demonstra sua baixa escolaridade.

A grande maioria mora em casa própria (96,0%), tendo sido constatada a situação de aluguel em apenas 4,0% dos entrevistados. Desses 4,0%, 3,6% pagam aluguel até R\$ 100,00 e 0,4% entre R\$ 101,00 e R\$150,00.

Em relação à ocupação, o maior percentual encontrado foi de aposentados (27,5%), seguido de donas-de-casa (22,3%) e de servidores públicos (17,6%).

A renda mensal das famílias apresentou o maior percentual na faixa entre 1 a 2 SM (44,9%), seguido de até 01 SM (33,1%) e mais de 02 SM(22,0%). Esses dados mostram que 78,0% das famílias têm renda de até 02 SM, o que demonstra o baixo poder aquisitivo da população local.

Aspectos urbanísticos e de convivência

Com relação aos aspectos urbanísticos e de convivência, a pesquisa procurou obter a opinião dos entrevistados a respeito de alguns fatores tais como aparência da cidade, diversão, deslocamentos a trabalho e estudo, encontro com vizinhos, etc., para aferir o nível de mudança em função das características da nova cidade.

Conforme os dados da tabela abaixo, observamos que, nesse aspecto a opinião das pessoas é favorável.

TABELA 1
ASPECTOS URBANÍSTICOS E DE CONVIVÊNCIA
Opinião da população

	MUITO MELHOR/ MUITO MAIOR OU MELHOR/MAIOR A	IGUAL B	PIOR / MENOR C	TOTAL D = A+B+C	A+B
Aparência da Cidade	93,6	1,2	5,2	100,0	94,8
Temperatura	39,5	16,7	43,8	100,0	56,2
Lazer	54,2	17,4	28,4	100,0	71,6
Praças	65,0	5,4	29,6	100,0	70,4
Arborização	71,9	9,2	18,9	100,0	81,1
Diversão	55,1	22,9	22,0	100,0	78,0
Distância à Escola	25,1	30,8	44,1	100,0	55,9
Distância ao Emprego	37,8	28,7	33,5	100,0	66,5
Encontro com Vizinhos	8,8	51,4	39,8	100,0	60,2
Convivência com Vizinhos	8,4	61,6	30,0	100,0	70,0

FONTE: Pesquisa de campo.

Analisando os dados referentes aos aspectos físicos, a melhoria na aparência da nova cidade foi o maior percentual encontrado (93,6%),

seguido de arborização (71,9%), praças (65,0%) e temperatura (39,5%). Esses dados comprovam a evidência de que a população percebe a melhoria física em relação à antiga cidade.

As opções de diversão (55,1%) e lazer (54,2%) também foram citadas pela maioria dos entrevistados como tendo melhorado.

Os itens referentes ao aumento das distâncias para trabalho (37,8%) e estudo (25,1%) também indicam que apesar da nova cidade ser muito maior que a antiga, a maioria das pessoas não sentiu diferença desfavorável quanto ao deslocamento. Nesse sentido, os números mostram que 62,2% dos entrevistados afirmaram que a distância para o trabalho ficou menor ou igual à da cidade antiga e 74,9% com relação à escola.

Quanto a encontro e convivência com os vizinhos os resultados mostram que não houve comprometimento das relações de convívio entre eles, pois 60,2% informaram que os encontros continuaram ou até aumentaram e 70,0% afirmaram o mesmo com relação à convivência. Esse fato surpreende positivamente, pois seria de se esperar que, pela dimensão física da nova cidade (cerca de 10 vezes maior que a antiga) e a disposição das casas, que são isoladas, enquanto na cidade antiga eram geminadas, esses aspectos naturalmente contribuiriam para a redução dessa convivência.

Conforme citado anteriormente neste trabalho a organização e mobilização dos moradores da antiga cidade esteve muito presente no processo de mudança. Por isso a pesquisa procurou saber sobre a continuidade dessa mobilização, tendo obtido como resposta de 47,2% das pessoas que continua e de 14,8% que continua em parte, totalizando 62,0%.

O fato de 38,0% das pessoas terem informado que a mobilização não mais existia, nos induz a achar que essa redução é compatível com a acomodação das pessoas na nova cidade e a eliminação das ameaças e

incertezas anteriormente existentes em face da perspectiva de mudança para um novo local.

Também foi perguntado sobre a continuidade das manifestações culturais, que existiam na antiga cidade, tendo a pesquisa mostrado que 80,1% das pessoas afirmaram que continuavam e 13,8% que continuavam em parte, totalizando 93,9% o total de respostas afirmativas.

Ao analisarmos os itens referentes a aspectos urbanísticos e de convivência, constatamos que são bastante favoráveis.

Disponibilidade de Serviços Públicos

Outro aspecto que a pesquisa procurou mensurar foi a oferta de serviços públicos básicos na nova cidade, como educação, saúde, saneamento, energia, limpeza urbana, segurança, etc., para verificar como está a percepção da população quanto à satisfação.

A tabela seguinte mostra como as pessoas estão avaliando esses serviços:

TABELA 2
DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
 Opinião da população

	MUITO MELHOR/ MUITO MAIOR OU MELHOR/MAIOR	IGUAL	PIOR / MENOR	TOTAL	
	A	B	C	D = A+B+C	A+B
Qualidade do Ensino	59,6	33,4	7,0	100,0	93,0
Atendimento nos Hospitais	25,9	38,1	36,0	100,0	64,0
Qualidade da Energia	40,7	44,0	15,3	100,0	84,7
Qualidade da Água	55,0	40,2	4,8	100,0	95,2
Limpeza da Cidade	69,3	20,2	10,5	100,0	89,5
Coleta de Lixo	63,7	30,6	5,7	100,0	94,3
Quantidade de Escolas	77,1	20,9	2,0	100,0	98,0
Segurança Contra Roubos	9,5	22,6	67,9	100,0	32,1
Segurança contra o Tráfego	12,6	18,7	68,7	100,0	31,3
Quantidade de Água	35,9	39,1	25,0	100,0	75,0

FONTE: Pesquisa de campo.

Os dados mostrados permitem concluir que, na opinião dos entrevistados, houve uma melhoria substancial nos aspectos referentes à educação, tanto em quantidade (77,1%) quanto em qualidade (59,6%), limpeza da cidade (69,3%), coleta de lixo (63,7%) e qualidade da água (55,0%). Com base no percentual dos entrevistados que opinaram positivamente, observa-se que tiveram melhora relativa a qualidade da energia (40,7%), a quantidade de água (35,9%) e o atendimento nos hospitais (25,9%).

Com relação à segurança, a pesquisa deixa claro que 68,7% das pessoas entrevistadas sentem piora em relação à segurança quanto ao tráfego de veículos e 67,9% em relação a roubos. Os dados em relação ao trânsito são compatíveis com a nova dimensão e traçado da cidade, com grandes avenidas, que não existiam na antiga cidade, o que permite uma maior velocidade dos veículos. Os dados de segurança contra roubo, por

sua vez, indicam que a população não se sente satisfatoriamente atendida nessa área.

Atuação da administração municipal

Também foi perguntado aos entrevistados sua opinião sobre a administração municipal. Os dados estão mostrados na tabela abaixo:

TABELA 3
AVALIAÇÃO MUNICIPAL
Opinião da população

AVALIAÇÃO MUNICIPAL	%
Ótima	9,0
Boa	31,2
Regular	37,6
Ruim	10,4
Péssima	11,8

FONTE: Pesquisa de campo.

Como podemos constatar, a administração municipal é considerada ótima/boa para 40,2% das pessoas, regular para 37,6% e ruim/péssima para 22,2%. Podemos concluir que a administração municipal é bem avaliada por 77,8% das pessoas entrevistadas.

Também foi perguntado quais os dois principais pontos positivos e negativos da atual administração municipal. Como as perguntas foram abertas, mostramos os cinco resultados com maior frequência nas tabelas seguintes:

TABELA 4
AVALIAÇÃO MUNICIPAL
Opinião da população

PONTOS POSITIVOS	1	2	Total
Saúde pública	33,3	26,0	59,3
Escola pública	17,6	17,7	35,3
Pontualidade no pagamento dos servidores	11,8	6,5	18,3
Limpeza	7,8	8,1	15,9
Transparência nas contas públicas	5,9	3,2	9,1

FONTE: Pesquisa de campo.

TABELA 5
AVALIAÇÃO MUNICIPAL
 Opinião da população

PONTOS NEGATIVOS	1	2	Total
Desemprego	53,0	22,4	75,4
Saúde pública	15,9	24,8	40,7
Demissão de servidores	10,6	6,6	17,2
Promessas não cumpridas	3,8	-	3,8
Segurança	3,8	19,7	23,5

FONTE: Pesquisa de campo.

Quanto aos aspectos positivos, verifica-se que os assuntos estão no âmbito do poder público municipal, porém quanto aos aspectos negativos o item segurança não é atribuição municipal, mas as pessoas entrevistadas não tiveram essa percepção.

O item apontado com maior frequência como primeira e segunda opção de ponto positivo da administração municipal é a saúde pública, com 59,3%, seguido da escola com 35,3%.

Como principais pontos negativos aparecem o desemprego com 75,4% e a saúde pública com 40,7%.

Chama atenção o fato da saúde pública ter sido apontada com grande frequência tanto como ponto positivo quanto negativo, o que indica uma diferença de opinião sobre o serviço prestado entre os entrevistados. Como a pergunta foi aberta não ficou claro a que tipo de serviço estavam se referindo, se à assistência básica ou de atendimento hospitalar.

Ocupação e renda

Como citado anteriormente, a renda de 76,1% da população da cidade situa-se na faixa até dois salários-mínimos.

A pesquisa buscou saber se houve melhoria na renda e se a nova cidade proporcionou aumento nas oportunidades de emprego.

TABELA 6
OCUPAÇÃO E RENDA
Opinião da população

	MUITO MELHOR/ MUITO MAIOR OU MELHOR/MAIOR A	IGUAL B	PIOR/MENOR C	TOTAL D = A+B+C	A+B
Melhora da Renda Familiar	41,6	33,2	25,2	100,0	74,8
Oportunidade de Emprego	16,4	20,4	63,2	100,0	36,8

FONTE: Pesquisa de campo.

Conforme a tabela acima, 41,6% responderam que houve melhora na sua renda e 33,2% que permaneceu igual, ou seja, 74,8% informaram que não sofreram redução na sua renda por conta da mudança para a nova cidade.

Apesar da pesquisa ter demonstrado que a percepção dos entrevistados é de que as oportunidades de emprego na nova cidade diminuíram, a mesma indica que esse fato não teve reflexo sobre a renda das famílias pesquisadas, pois a grande maioria (74,8%) afirmou que não sofreu redução na sua renda.

O fato de algumas pessoas receberem indenizações pelos seus imóveis na antiga cidade pode ser uma explicação para a aparente contradição entre a percepção do aumento de renda com a redução das oportunidades de emprego. Além disso, a pesquisa também demonstrou conforme pode ser visto a seguir, que a maior redução das oportunidades se deu no setor agrícola, atividade essa predominantemente de subsistência, portanto, com pouco impacto sobre a renda.

A pesquisa também perguntou aos entrevistados sobre fonte de renda tanto na cidade antiga quanto na cidade nova e obteve respostas que, a princípio, pareciam indicar uma grande mudança no perfil de ocupação, pois enquanto na cidade antiga o maior percentual foi de agricultura (40,7%), serviços públicos (17,3%) e aposentadorias (16,1%), na cidade nova foi de aposentadorias (42,7%), serviços públicos (19,9%) e agricultura (11,2%).

Aprofundando a pesquisa, foi constatada pela equipe de entrevistadores que a grande maioria daquelas pessoas que informavam que na cidade antiga viviam da agricultura, na verdade já eram aposentadas, mas devido à proximidade do Rio Jaguaribe, desenvolviam também atividades agrícolas.

Outra pergunta que foi feita aos entrevistados se referiu a realização de treinamento profissional e se esse treinamento proporcionou melhoria na sua renda. A pergunta foi incluída por entender que a nova cidade poderia trazer mudança no perfil da oferta ocupacional e essa mudança acarretaria a necessidade de treinamento para adaptar a população ao novo perfil.

Foi constatado na pesquisa que apenas 24,3% dos entrevistados tiveram treinamento profissional e desse percentual, 62,1% informaram que não tiveram melhoria na sua renda após o treinamento. Isso demonstra uma situação insatisfatória frente à necessidade de capacitação profissional num contexto em que o perfil de ocupação na nova cidade se mostra diferente da cidade antiga.

Condição de vida em geral

A pesquisa também procurou saber sobre a condição de vida atual em relação à expectativa que tinha à época da mudança para a nova cidade.

Conforme a tabela abaixo, 66,0% das pessoas responderam que as expectativas foram atendidas ou superadas.

TABELA 7
CONDICÃO DE VIDA HOJE X EXPECTATIVA À ÉPOCA DA MUDANÇA
Opinião da população

	MUITO MAIOR OU MAIOR A	IGUAL B	MENOR C	TOTAL D = A+B+C	A+B
Condição de vida hoje, em relação à expectativa que tinha à época da mudança	35,2	30,8	34,0	100,0	66,0

FONTE: Pesquisa de campo.

Também foi perguntado aos entrevistados quais os três aspectos considerados na nova cidade melhores e piores que na antiga cidade. Foram selecionados os cinco que obtiveram maior frequência de respostas, que estão mostrados nas tabelas seguintes:

TABELA 8
ASPECTOS POSITIVOS DA NOVA CIDADE
Opinião da população

ASPECTOS POSITIVOS DA NOVA CIDADE	1	2	3	Total
Casas melhores	25,6	19,1	13,4	58,1
Melhor infra-estrutura	14,3	17,1	18,6	50,0
Melhor planejamento	12,8	9,9	8,2	30,9
Melhor saneamento básico	6,4	15,1	14,4	35,9
Educação pública de qualidade	5,4	5,9	6,2	17,5

FONTE: Pesquisa de campo.

Analisando os dados acima, destacam-se como aspectos positivos, citados pelos entrevistados, a melhoria das casas, da infraestrutura, do planejamento, do saneamento básico e da educação. Para melhor entender os dados da tabela, o item casas melhores, por exemplo, foi citado como primeiro aspecto positivo para 25,6% dos entrevistados, como segundo para 19,1% e terceiro para 13,4%. Portanto, 58,1% dos entrevistados consideraram esse item como positivo na nova cidade em relação à antiga.

TABELA 9
ASPECTOS NEGATIVOS DA NOVA CIDADE
 Opinião da população

ASPECTOS NEGATIVOS DA NOVA CIDADE	1	2	3	Total
Falta de emprego	41,5	20,4	12,8	74,7
Distância do Rio Jaguaribe	15,6	19,7	19,1	54,4
Custo de vida	9,4	14,6	13,8	37,8
Falta de segurança	7,6	12,1	14,9	34,6
Mudança dos vizinhos	4,9	3,8	7,4	16,1

FONTE: Pesquisa de campo.

Quanto aos aspectos negativos, foram citados a falta de emprego, a distância da cidade ao Rio Jaguaribe, o custo de vida, a falta de segurança e a mudança dos vizinhos. Conforme podemos constatar na tabela acima, o item falta de emprego foi considerado por 74,7% dos entrevistados como um aspecto negativo e por 41,5% deles como primeiro ponto negativo.

A constatação acima também foi percebida em outra pergunta que indagava qual a maior carência dos moradores da cidade, tendo sido emprego e renda a opção de 93,5% dos entrevistados.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Através da análise de informações estatísticas disponíveis, foi feito um comparativo das situações antes e depois da mudança dos moradores para a nova cidade, complementarmente aos dados obtidos com a aplicação dos questionários.

As informações estatísticas foram obtidas, principalmente, de publicações do IPLANCE, IPECE e IBGE disponíveis, tais como Perfil Básico Municipal, Anuários Estatísticos, Índice de Desenvolvimento Municipal, Censos, etc.

Os dados a seguir contemplam aspectos demográficos, econômicos, de ocupação e renda e relacionados à disponibilidade de

serviços básicos, os quais evidenciam se houve ou não melhoria na condição de vida nos dois períodos de comparação.

É importante lembrar que os dados a seguir referir-se-ão sempre a dois períodos, sendo um anterior ao ano da mudança (2001) e outro posterior, correspondendo ao ano que tenha a informação mais recente disponível após 2001.

A população da cidade no ano de 2000 era de 8.730 pessoas, sendo 4.427 homens e 4.303 mulheres, passando em 2005 para 9.364, composta de 4.794 homens e 4.570 mulheres, apresentando nesse período um crescimento de 7,3%. Nesse mesmo período a população do Estado do Ceará passou de 7.430.661 para 8.097.276, representando um crescimento de 9,0 %.

A inexistência de dados estatísticos mais recentes sobre aspectos demográficos a nível municipal, tais como, população urbana e rural, dados migratórios, população por faixa etária, por exemplo, prejudicaram uma análise quanto a esse aspecto. Esses dados só são disponíveis nos censos populacionais do IBGE.

Em 2001 o PIB do município foi de R\$ 13,5 milhões, passando em 2003 para R\$16,6 milhões, representando um aumento de 22,6%. Nesse mesmo período o PIB do Estado do Ceará passou de R\$ 20.799,5 milhões para R\$ 24.354,0 milhões, o que representou um crescimento nominal de 17,1%.

O PIB *per capita* de Jaguaribara, por sua vez, no mesmo período de 2001 a 2003 variou de R\$ 3.260 para R\$ 4.758, um crescimento de 45,9% enquanto o do Estado do Ceará cresceu de R\$ 2.833 para R\$ 3.618, ou seja, 27,7%. Esse crescimento do PIB per Capita de Jaguaribara pode ser explicado pelo aumento dos serviços públicos básicos.

O quadro a seguir mostra dados sobre consumo de energia elétrica, indicador utilizado como *proxis* de crescimento econômico, no Estado do Ceará e na cidade de Jaguaribara nos anos de 1997 e 2005.

TABELA 10
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA
Comparativo Ceará x Jaguaribara

Classe	Quantidade de Mw					
	Ceará			Jaguaribara		
	1997	2005	Varição	1997	2005	Varição
Residencial	1.656.992	2.019.593	21,9%	949	2.582	172,1%
Industrial	1.387.522	1.775.570	28,0%	16	75	368,8%
Comercial	834.677	1.125.293	34,8%	224	420	87,5%
Rural	290.765	498.533	71,5%	894	1.848	106,7%
Público	586.110	841.423	43,6%	508	1.094	115,4%
Próprio	22.292	22.642	1,6%	-	2	-
TOTAL	4.778.358	6.283.054	31,5%	2.591	6.021	132,4%

FONTE: Anuário Estatístico do IPLANCE 1998/1999.

Anuário Estatístico do IPECE 2005.

No período de 1997 a 2005 o consumo de energia elétrica no Estado do Ceará cresceu 31,5%, enquanto no município de Jaguaribara 132,4%, o que mostra um crescimento expressivo no acesso a esse serviço básico.

A tabela também mostra que os maiores percentuais de crescimento no consumo de energia no município ocorreram nos segmentos industrial, residencial e público, demonstrando uma mudança no perfil do tipo de consumidor. Um município que tinha características predominantemente rurais, como a cidade antiga, teve o crescimento do consumo de energia rural inferior ao de energia residencial, industrial e público, o que indica que as características da nova cidade foram alteradas para um perfil mais urbano.

O número de veículos no município, no período de 1998 a 2004, conforme tabela a seguir, cresceu 124%, bem acima da média do Estado, o

que pode ser considerado como um indicador de melhoria de renda das pessoas. Chama a atenção o expressivo crescimento no número de motos adquiridas no período.

TABELA 11
NÚMERO DE VEÍCULOS
Comparativo Ceará x Jaguaribara

Tipo	Ceará			Jaguaribara		
	1998	2004	Varição	1998	2004	Varição
Motos	126.206	282.826	124%	221	640	189%
Automóveis	333.599	429.451	28%	91	132	45%
Caminhonetes	75.411	78.334	4%	83	103	24%
Caminhões	30.077	35.520	18%	31	36	16%
Outros	25.481	65.176	155%	5	57	1040%
TOTAL	590.774	891.307	51%	431	968	124%

FONTE: Anuário Estatístico do IPLANCE 1998/1999.
Anuário Estatístico do IPECE 2005.

O ICMS arrecadado no município de Jaguaribara no período de 2000 a 2004 também apresentou um crescimento muito expressivo (350,1%) comparativamente ao arrecadado no total do Estado (60,4%), conforme demonstra o quadro a seguir. Esse dado é mais um indicador que mostra o crescimento de atividades econômicas no município, especialmente as oriundas dos setores secundários e terciários, uma vez que muitos produtos do setor primário são isentos do pagamento desse tributo.

TABELA 12
RECEITA DE ICMS
Comparativo Ceará x Jaguaribara

Especificação	Receita de ICMS (R\$ mil)		Varição
	2000	2004	
Ceará	1.866.840	2.994.516	60,4%
Jaguaribara	28	126	350,1%

FONTE: Anuário Estatístico do IPLANCE 2001.
Anuário Estatístico do IPECE 2005.

O Comércio, comparando os dados dos anuários do IPLANCE de 1997 e do IPECE de 2005, apresentou variações no tipo de atividade, apesar de haver diminuído o número de empresas no comércio varejista, que em 1997 eram 115 e em 2005 esse número passou para 113.

Analisando a tabela a seguir, verificamos que no período citado houve uma diversificação nos ramos de atividade comercial, permitindo concluir que atividades com características mais rbanas predominaram na nova cidade.

TABELA 13
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS
Comparativo Jaguaribara x Nova Jaguaribara

Tipo de Comércio	1997	2004
Pescado	1	-
Produtos Agropecuários	3	-
Peças e acessórios para veículos, motocicletas e motonetas	6	5
Bicicletas e triciclos e suas peças e acessórios	-	4
Combustíveis, lubrificantes e gas liqüefeito de petróleo (GLP)	5	4
Minimercados, mercearias e armazéns varejistas	-	53
Produtos de gêneros alimentícios	76	4
Bebidas	-	3
Tecidos, vestuário e artigos de armarinho	13	19
Calçados, artigos de couro e de viagem	-	1
Ótica, relojoaria e joalheria	-	1
Perfumaria e produtos farmacêuticos	2	4
Medicamentos veterinários, artigos para animais, ração e animais	-	3
Máquinas, aparelhos e equip. eletro-eletrônicos de uso doméstico e pessoal	-	2
Artigos de decoração e utilidades domésticas	3	2
Madeira e seus artefatos	-	2
Material para construção	2	5
Livros, artigos de papelaria, jornais e revistas	1	-
Artigos esportivos, brinquedos e artigos recreativos	-	1
Outros	3	-
TOTAL	115	113

FONTE: Anuário Estatístico do IPLANCE 1997.
Anuário Estatístico do IPECE 2005.

No que diz respeito ao acesso aos serviços básicos, as informações nas áreas de educação, saúde e saneamento também mostram uma melhora na nova cidade.

Os dados de matrícula no ensino fundamental estão descritos na tabela seguinte:

TABELA 14
MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL
 Comparativo Ceará x Nova Jaguaribara

Municípios	População de 7 a 14 anos de idade			Matrícula no ensino fundamental			Taxa de escolarização (%)		
	1996	2004	Variação	1996	2004	Variação	1996	2004	Variação
Ceará	1.327.816	1.426.802	7,5%	1.200.123	1.340.670	11,7%	90,40	93,96	3,9%
Jaguaribara	1.596	1.676	5,0%	1.372	1.632	19,0%	86,00	97,37	13,2%

FONTE: Anuário Estatístico do IPLANCE 1997.
 Anuário Estatístico do IPECE 2005.

O crescimento da matrícula no ensino fundamental no Estado do Ceará foi de 11,7% enquanto que na nova cidade foi de 19,0%. No mesmo período, o crescimento da população de 7 a 14 anos foi de 7,5% e de 5,0%, respectivamente. Esse dado implica em uma variação na taxa de escolarização de 3,9% no Estado do Ceará e 13,2% em Jaguaribara.

A exemplo do que ocorreu com o ensino fundamental, o número de matrículas no ensino médio também aumentou de modo significativo e em proporção superior ao do Estado do Ceará, conforme demonstra a próxima tabela.

TABELA 15
MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE
 Comparativo Ceará x Nova Jaguaribara

Municípios	População de 15 a 17 anos			Matrícula no ensino médio e profissionalizante 15 a 17 anos			Taxa de escolarização		
	2001	2004	Variação	2001	2004	Variação	2001	2004	Variação
Ceará	507.612	528.582	4,1%	123.972	184.496	48,8%	24,4%	34,9%	42,9%
Jaguaribara	642	662	3,1%	69	184	166,7%	10,7%	27,8%	158,6%

FONTE: Anuário Estatístico do IPLANCE 2001.
 Anuário Estatístico do IPECE 2005.

A taxa de escolarização do município, que em 2001 era de 10,7% em 2004 passou para 27,8%, com um crescimento de 158,6%. Nesse mesmo período o Estado do Ceará passou de 24,4% para 34,9%, com um crescimento de 42,9%.

No período de 1997 a 2003, houve uma redução no número total de profissionais de saúde, que passou de 68 em 1997 para 63 em 2003, conforme tabela seguinte:

TABELA 16
PROFISSIONAIS DE SAÚDE
 Comparativo Jaguaribara x Nova Jaguaribara

DISCRIMINAÇÃO	ANO		
	1997	2003	Variação
Médicos	14	9	-5
Dentistas	6	3	-3
Enfermeiros	6	5	-1
Outros Profissionais de Nível Superior	1	3	2
Agentes Comunitários de Saúde	15	22	7
Outros Profissionais de Nível Médio	26	21	-5
TOTAL	68	63	-5

FONTE: Anuário Estatístico do IPLANCE 1998/1999.
 Anuário Estatístico do IPECE 2005.

Essa redução ocorreu em quase todos níveis de profissionais, com exceção de outros profissionais de nível superior e dos agentes comunitários de saúde.

Com relação a esses agentes comunitários, o crescimento do número no período foi de 46,7% na cidade de Jaguaribara, enquanto que no Estado do Ceará foi de 24,8%. O número de famílias acompanhadas por esses agentes aumentou em 10,9% e 4,9%, respectivamente.

TABELA 17
AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE
 Comparativo Jaguaribara x Nova Jaguaribara

Municípios	Programa Agente de Saúde					
	Agentes comunitários de saúde			Famílias acompanhadas		
	1997	2003	Variação	1997	2003	Variação
Ceará	8.511	10.620	24,8%	1.145.614	1.201.314	4,9%
Jaguaribara	15	22	46,7%	1.854	2.057	10,9%

FONTE: Anuário Estatístico do IPLANCE 1998/1999.
 Anuário Estatístico do IPECE 2005.

No que se refere a saneamento, os dados disponíveis indicam que houve uma expressiva melhora nos indicadores tanto de água como de esgoto.

O Anuário Estatístico do IPLANCE de 2001 mostra que, no ano de 2000, existiam no município de Jaguaribara 2.049 domicílios, com 821 ligados à rede de abastecimento d'água e 53 à rede de esgoto e, o que dá um percentual de cobertura de 40,1% e 2,6%, respectivamente. No Estado do Ceará, esses percentuais correspondiam a 60,8% para água e 21,4% para esgoto. O Anuário Estatístico do IPECE de 2005 mostra que as taxas de cobertura de água e esgoto na cidade de Jaguaribara, para o ano de 2004 foram de 100,0% e 78,7%, respectivamente, enquanto as taxas do Estado do Ceará no mesmo período foram de 89,5% e 25,4%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de contextualizar essas considerações finais, cabe lembrar que o projeto da nova cidade foi concebido para apresentar à população impactada pelas obras da construção da barragem do Castanhão uma solução muito mais ampla do que uma ação mitigadora, mas uma cidade planejada, que representasse um modelo de qualidade de vida no Estado do Ceará.

Segundo o projeto, a nova cidade foi concebida para proporcionar melhoria na qualidade de vida da população a ser atingida pelas obras do barramento das águas, e teria, a médio e longo prazos, como atividades econômicas principais o turismo, a agricultura irrigada, a pesca e as indústrias de beneficiamento dos produtos gerados pelas atividades primárias.

É importante lembrar que a mudança ocorreu por fatores externos à vontade da população e representou uma mudança significativa no perfil de ocupação das pessoas, que apesar de já residirem anteriormente em uma cidade, tinham fortes ligações com o meio rural, com raízes predominantemente agrícolas, e passaram a morar num município com características urbanas.

A análise feita com os dados da pesquisa de campo e estatísticos nos leva a concluir que a mudança da cidade teve, de fato, grande impacto sobre a população e que podemos entender como positivo, nos aspectos aferidos.

Houve melhoria nas condições urbanísticas da cidade, na sua infra-estrutura em geral e no acesso da população aos serviços básicos,

constatados tanto pelos dados da pesquisa de campo, quanto pelos dados estatísticos apresentados. Apesar da grande maioria dos serviços ofertados terem sido avaliados positivamente pelos entrevistados, cabe registrar que houve avaliação negativa quanto aos aspectos relacionados com o trânsito e a segurança.

Foi verificado que houve alteração no perfil da economia da cidade, com diversificação das atividades produtivas, mais compatíveis com municípios de características urbanas, especialmente relacionadas com atividades comerciais.

De acordo com a pesquisa de campo as pessoas informaram que houve melhoria de renda, apesar de terem apontado como maior preocupação a falta de oportunidades de emprego. Não se detectou evidência de que a melhora dessa renda seja proveniente de atividades econômicas da nova cidade.

Apesar do projeto inicial ter previsto como base de sustentação econômica o turismo e atividades ligadas à agroindústria, isso ainda não ocorreu e a cidade ainda carece de uma âncora econômica mais sustentável.

Com relação ao fato da nova cidade apresentar características predominantemente urbanas, e sua população ser originária de uma cidade com raízes agrícolas, mais compatíveis com o meio rural, não se percebe através da análise que esse aspecto se constitui um fator de insatisfação para as pessoas.

Pelo fato da mudança ter ocorrido por fatores alheios à vontade da população, seria de se esperar uma maior rejeição à nova cidade, não só pela saída de sua cidade de origem, como a ida para outra, com características diferentes, o que não se confirmou, na opinião das pessoas entrevistadas por ocasião da pesquisa de campo.

A pesquisa de campo dá elementos para se perceber que as relações de convivência foram preservadas, apesar de ter havido algumas mudanças de vizinhança e as distâncias físicas terem aumentado por conta da concepção das habitações e o tamanho da cidade. Os hábitos e as manifestações culturais também foram preservados.

Constatou-se, também, que a mobilização das pessoas, que foi durante as fases de planejamento e execução do projeto, um fator de destaque, não mais está ocorrendo com a mesma intensidade. A pesquisa de campo mostra que apesar da maioria apontar que ela ainda existe, é expressivo o percentual das pessoas que dizem que não mais ocorre. Um dos elementos que podem explicar tal situação é a ausência de um dos principais motivos, que estimulavam essa mobilização, que era a ameaça e as incertezas em face das perspectivas de mudança.

Finalmente, com relação ao atendimento das expectativas das pessoas que a pesquisa procurou aferir, as respostas dos entrevistados refletem, de um modo geral, sensação de bem-estar, que pode ser traduzida como qualidade de vida.

A conclusão é que o projeto tem uma avaliação positiva quanto aos aspectos abordados.

BIBLIOGRAFIA

BANCO MUNDIAL. **O Banco Mundial e o setor água**. Brasília: 2000.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2000.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1998.

_____. **Reforma do estado para cidadania**. São Paulo: Editora 34, 1998.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CAVALCANTE, Amarílio. **Mensagens do Coração**. (1932 - o campo de concentração do Crato. Pág. 36 a 44). Fortaleza: Tipoprogresso, 2001.

CERVO, A. L. BERVIAN. **Metodologia Científica**. 48 ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. 8 ed. São Paulo: Agir.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa**. São Paulo: Makron Books, 1994.

COHEN, Emesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 3 ed. Petrópolis: Vozes 1993.

CORBUSIER, Le. **Planejamento urbano**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DEMO, Pedro. **Combate à pobreza**: Desenvolvimento com oportunidade. Campinas: Autores Associados, 1996.

FARIAS, Aírton de. **História do Ceará** - dos índios à geração cambeba. Fortaleza: Tropical, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERRARI, Celso. **Curso de planejamento municipal integrado**. 02 ed. São Paulo: Pioneira, 1979.

FISBER, Roger & ERTEL, Danny. **Estratégias de negociação**: um guia passo a passo para chegar ao sucesso em qualquer negociação. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1954.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GALANTAY, Ervin. **Nuevas ciudades**: de la antigüedad a nuestros días. Barcelona: Gustavo.Gilli, 1977.

GALENE, Alberto Santiago. **Território dos coronéis**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1988.

GOLANY, Gideon. **Planificación de nuevas ciudades**: principios y prácticas. México: Limusa, 1985.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

I.B.G.E. **Síntese de indicadores sociais** 1998. Rio de Janeiro: 1999.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE. **Ceará em números**. Fortaleza, IPECE, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da deriva** - Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez, tradução de Sandra Trabucco Valenzuela e Silvana Cobucci Leite, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; ANDRADE, Marina. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1995.

LEITE, Pedro Sisnando. **Estratégias para o desenvolvimento rural**. Fortaleza: CDU, 2002.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder: o caso dos coronéis**. Fortaleza: EUFC, 1995.

LOBATO CORRÊA, Roberto. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

MACEDO, Hypérides Pereira de. **A chuva e o sertão na terra do sol**. São Paulo: Maltese, 1996.

MAGALHÃES, Célia de Jesus Silva; SANTOS, Vilma Maciel Lira dos. **Nordeste místico - império da fé**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1999.

MATOS, Aureliano da Costa; VILLEGAS, Jaime Marin. **Reassentamentos involuntários**: a experiência do IICA em Itaparica, no Nordeste do Brasil. 1994.

MATUS, Carlos. **Política, planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1993.

McCULLY, Patrick. **Silenced Rivers**. The ecology and politics of large dams. London: Zed books, 1996.

MOTA, Aroldo. **História política do Ceará - 1930-1945**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1989.

MOTA, Suetônio. **Planejamento urbano e preservação ambiental**. Fortaleza: edições UFC, 1981.

NOCA, Francisco Wilson. **Sermões, matracas e alcatrão: religiosos e comunistas na luta pelo poder, 1946-1950**. Fortaleza: Expressão Gráfica e editora, 1996.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo. **Filosofia política - de Hobbes a Marx**. Fortaleza: Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais - NEPS. Universidade Federal do Ceará - UFC, 1989.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família, pobreza e gênero**: o lugar da dominação masculina. Fortaleza: EDUECE, 2001.

PAIVA, Maria Arair Pinto. **A elite política do Ceará provincial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

PONTES, Antonio Barroso. **Cangaceirismo no Nordeste**. 03 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1973.

REZNIK, José. **Cidades**: A urbanização da humanidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ROGERSON, Robert. **Quality of life in cities**: Introduction. United Kingdom: Herts, 1998.

RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de Políticas Sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos especiais, 1998.

RUEDA, Salvador. **Habitabilidad y calidad de vida**: aproximación al concepto de calidad de vida. In: Ciudades para un futuro más sostenible. Espanha: upm, 1997.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hulitec, 1972.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO CEARÁ. **Diagnóstico dos atuais núcleos urbanos de Jaguaribara** - sede e distrito de Poço Comprido. Fortaleza: 1996.

_____. Nova Jaguaribara - versão preliminar. Fortaleza: 1996.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. **Plano de desenvolvimento sustentável do Ceará - 1995-**

1998. Fortaleza: 1995.

_____. **Programa de ações imediatas e concentradas para melhorar a qualidade de vida nos municípios mais carentes.** Fortaleza: 1996.

_____. **Consolidando o novo Ceará - plano de desenvolvimento sustentável - 1999-2002.** Fortaleza: 2000.

_____. **Ceará cidadania - crescimento com inclusão social - Plano de governo - 2003/2006.** Fortaleza: 2003.

_____. **A reestruturação espacial como componente da estratégia de combate à pobreza rural.** Fortaleza: IPLANCE, 2002.

_____. **A melhoria da qualidade de vida no Ceará.** Fortaleza: IPLANCE, 2002.

_____. **Reduzindo a pobreza através do desenvolvimento econômico do interior do Ceará.** Fortaleza: IPLANCE, 2002.

Teixeira, Alberto. **Planejamento público: de Getúlio a JK (1930-1960).** Fortaleza: IPLANCE, 1997.

_____. **Alternativas de planejamento do desenvolvimento.** Texto para discussão. Fortaleza: IPLANCE, 1998.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global - limites e desafios da participação cidadã.** São Paulo: Cortez, 2001.

TOURINHO, Helena L. Z. **Planejamento urbano em área de fronteira econômica: o caso de Marabá.** Belém: NAEA/UFPA, 1991.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão - história das secas no**

Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

WANDERLEY, José augusto. **Negociação total**: encontrando soluções, vencendo resistências, obtendo resultados. São Paulo: Gente, 1998.

WILHEIM, Jorge. **Cidades**: o substantivo e o adjetivo. São Paulo: Perspectiva, 2003.

WORLD BANK. **Itaparica resettlement and irrigation project**. Staff appraisal report. Washington, 1987.

ANEXOS

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)